



Demonstrações Financeiras

COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS

Dezembro de 2023



Sumário

1. Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	03
2. Relatório da administração	06
3. Balanço Patrimonial	07
4. Demonstrações de Resultados	08
5. Demonstrações dos fluxos de caixa	09
6. Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido	10
7. Demonstração do Resultado Abrangente	11
8. Demonstração do Valor Adicionado	12
9. Notas Explicativas	13



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Minuano de Alimentos
Lajeado – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Minuano de Alimentos (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Minuano de Alimentos em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1.3, a qual indica que, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentava prejuízos acumulados no montante de R\$ 467.805 mil (R\$ 491.786 mil em 31 de dezembro 2022) e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 286.178 mil (negativo R\$ 309.212 mil em 31 de dezembro 2022). O passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 381.833 mil (R\$ 386.370 mil em 31 de dezembro de 2022).

Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 09 de março de 2023, não continha modificação, mas continha parágrafo de incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações



financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se estas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;



- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 14 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Romeu Sabino da Silva
Contador CRC 1RS-071.263/O-0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas,

Em conformidade com o disposto no estatuto social e legislação vigente submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente e as disposições da comissão de valores mobiliários.

Lajeado, 14 de março de 2024.

A Administração.



Companhia Minuano de Alimentos

Balço Patrimonial

Para os exercícos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	NE	31/12/2023	31/12/2022		NE	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	291	149	Fornecedores		18.309	14.711
Contas a receber	5	57.076	54.489	Salários e encargos sociais a pagar	13	16.500	15.417
Estoques	6	16.087	16.477	Empréstimos e financiamentos		274	126
Adiantamentos a fornecedores		671	973	Arrendamentos a pagar	14	1.343	-
Impostos a recuperar	7	17.963	13.026	Adiantamento de clientes		14.657	11.690
Outros ativos	8	85.536	66.923	Obrigações tributárias	15	497.271	476.371
Total do Ativo Circulante		177.624	152.037	Parcelamentos	16	5.227	6.122
				Impostos diferidos	17	902	1.468
Ativo Não Circulante				Outros passivos	18	4.974	12.502
Depósitos judiciais	20	5.214	6.575	Total do Passivo Circulante		559.457	538.407
Partes relacionadas	19	10.536	18.843	Passivo Não Circulante			
Outros ativos	8	2.682	3.443	Partes relacionadas	19	5.260	10.627
Impostos a recuperar	7	266	298	Empréstimos e financiamentos		163	160
Propriedade para investimento	9	22.472	25.857	Arrendamentos a pagar	14	5.687	-
Imobilizado	10	105.882	92.713	Parcelamentos	16	22.943	28.362
Direito de uso	11	6.318	-	Impostos diferidos	17	16.071	16.839
Intangível	12	299	304	Provisão para contingências	20	7.890	14.887
Total do Ativo Não Circulante		153.669	148.033	Outros passivos	18	-	-
				Total do Passivo Não Circulante		58.014	70.875
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	21	139.227	139.227
				Ajuste de avaliação patrimonial	21	36.160	37.107
				Prejuízo acumulado	21	(467.805)	(491.786)
				Reserva de incentivos fiscais	21	6.240	6.240
				Total do Patrimônio Líquido		(286.178)	(309.212)
Total do Ativo		331.293	300.070	Total do Passivo		331.293	300.070



Companhia Minuano de Alimentos

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	NE	31/12/23	31/12/22
Receita operacional líquida	24	368.066	365.740
Custos operacionais	25	(272.910)	(261.500)
Lucro bruto		95.156	104.240
Outras receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	26	(17.376)	(13.619)
Com vendas	27	(20.247)	(29.961)
Outras despesas operacionais	28	(23.620)	(18.017)
Outras receitas operacionais	29	12.487	8.688
Total despesas operacionais		(48.756)	(52.909)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		46.400	51.331
Despesas financeiras	30	(41.755)	(40.689)
Receitas financeiras	31	15.304	16.515
Total do resultado financeiro		(26.451)	(24.174)
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social		19.949	27.157
Imposto de renda e contribuição social diferido		3.085	1.630
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(8.067)
Lucro líquido do exercício		23.034	20.720
Lucro diluído por ação - R\$		0,09548	0,08589



Companhia Minuano de Alimentos

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/23	31/12/22
Lucro líquido do exercício	23.034	20.720
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	10.638	7.017
Provisão (reversão) para riscos de créditos	761	99
Juros e encargos sobre empréstimos e arrendamentos	68	150
Juros e encargos financeiros c/ partes relacionadas	129	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.085)	(1.631)
Baixa de bens do imobilizado e intangível	90	637
Provisão para contingências	(6.998)	17.166
Atualização de passivos tributários	27.121	20.623
Provisão para perda (Impairment)	11.312	-
Ajuste trava cambial	-	1.524
	63.070	66.305
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(3.348)	(17.450)
Estoques	(6.819)	(4.171)
Impostos a recuperar	(4.905)	(2.772)
Adiantamento a fornecedores	302	(790)
Outros ativos	(21.955)	(120)
Depósitos judiciais	1.361	(254)
Fornecedores	3.598	1.589
Obrigações tributárias	(10.785)	(7.612)
Salários e encargos sociais a pagar	1.083	1.753
Adiantamento de clientes	2.967	124
Obrigações judiciais	(8.255)	(19.292)
Outras obrigações	726	10.154
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.040	27.464
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizados	(19.395)	(10.480)
Aquisições de intangíveis	(51)	(34)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(19.446)	(10.514)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Variação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	83	(221)
Contraprestação de arrendamentos a pagar	(346)	-
Variação com partes relacionadas	2.811	(17.439)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	2.548	(17.660)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	142	(710)
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	149	859
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	291	149
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	142	(710)



Companhia Minuano de Alimentos

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Incentivos Fiscais	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	139.227	37.622	(1.524)	3.797	(510.578)	(331.456)
Ajuste de trava cambial	-	-	1.524	-	-	1.524
Realização de avaliação patrimonial	-	(515)	-	-	515	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.720	20.720
Reserva de subvenções governamentais	-	-	-	2.443	(2.443)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	139.227	37.107	-	6.240	(491.786)	(309.212)
Realização de avaliação patrimonial	-	(947)	-	-	947	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.034	23.034
Saldos em 31 de dezembro de 2023	139.227	36.160	-	6.240	(467.805)	(286.178)



	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
Companhia Minuano de Alimentos		
Demonstração do resultado abrangente		
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022		
<i>(Em milhares de Reais)</i>		
Lucro líquido do exercício	23.034	20.720
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	23.034	20.720



Companhia Minuano de Alimentos		
Demonstração do Valor Adicionado		
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022		
<i>(Em milhares de Reais)</i>		
	31/12/23	31/12/22
Receitas	390.004	394.331
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	385.107	390.679
Outras receitas	5.658	3.751
(Provisão) Reversão para riscos de créditos	(761)	(99)
Insumos adquiridos de terceiros	(180.300)	(192.258)
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	(145.194)	(168.623)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(35.106)	(23.635)
Valor adicionado bruto	209.704	202.073
Depreciação, amortização e exaustão	(10.656)	(7.017)
Valor adicionado líquido produzido	199.048	195.056
Valor adicionado recebido por transferência	6.320	4.248
Receitas Financeiras	(624)	(916)
Outras	6.944	5.164
Valor adicionado a distribuir	205.368	199.304
Distribuição do valor adicionado	205.368	199.304
Remuneração do Trabalho	139.063	122.710
Remuneração direta	115.189	101.003
Benefícios	17.329	15.986
FGTS	6.545	5.721
Remuneração do Governo	17.397	32.409
Federais	7.727	16.349
Estaduais	9.670	16.060
Remuneração Capitais de Terceiros	25.874	23.465
Juros	25.874	23.465
Outros	-	-
Remuneração de capitais próprias	23.034	20.720
Lucro líquido do exercício	23.034	20.720
Participações de minoritários	-	-



COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Companhia Minuano de Alimentos, doravante tratada como “Minuano”, tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central, Ásia e Oceania.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis da Minuano foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minuano entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (notas explicativas 13, 15 e 16), muito embora não se descarta a necessidade de recorrer a fontes de financiamento.

1.3 - Continuidade operacional

Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia havia acumulado prejuízos no montante de R\$ 467.805 (R\$ 491.786 em 31 de dezembro 2022), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 286.178 (negativo R\$ 309.212 em 31 de dezembro 2022). O passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 381.833 (386.370 em 31 de dezembro de 2022).

A administração da Companhia vem atuando fortemente na manutenção e regularização da dívida tributária, e neste sentido, efetuou adesão em programas de parcelamentos tributários, os quais atualmente encontram-se vigentes e adimplentes, conforme exposto no quadro a seguir:

	<u>Período de Adesão</u>	<u>Dívida Parcelada</u>	<u>Saldo em 31/12/23</u>
Parcelamento - Lei 12.996/14	2014	83.843	13.134
Parcelamento - PERT	2017	47.276	8.803
	Total	131.119	21.937

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo.

A manutenção destas atividades só se faz possível visto as condições específicas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS).

As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de alojamento e granja de produção de ovos, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos.

O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.



A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

1.4 Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras elaboradas pela administração, foram devidamente auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, e sua divulgação foi autorizada pela diretoria Executiva no dia 14 de março de 2024.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do exercício de 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade e pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

Visando aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reclassificou os saldos de 31 de dezembro de 2022 mantidos na rubrica de contas a receber de clientes, referente a valores já recebidos de clientes (câmbios a liquidar) para rubrica de numerários em trânsito em 31 de dezembro de 2022 (vide nota explicativa nº 8 - Outros Ativos).

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.2 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações financeiras da Companhia incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras



A administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.4 Instrumentos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Propriedades para investimentos (nota 9)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.5 Caixa e equivalentes de caixa



O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.8 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.11 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil



estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,00% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.12 Direito de Uso

Em virtude do IFRS16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

A Companhia reconhece o direito de uso de um ativo e um passivo de arrendamento correspondente com relação a todos os contratos de arrendamento em que é o arrendatário, exceto para arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, estes arrendamentos são reconhecidos como despesa operacional durante o período de vigência do contrato.

Atualmente os principais arrendamentos da Companhia se referem a contratos de arrendamento de empilhadeiras, imóveis, e equipamentos industriais.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa de juros incremental.

Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos, todavia, os contratos preveem reajuste anual dos pagamentos conforme índice estabelecido junto ao respectivo fornecedor.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros, sendo reconhecido esse valor também no ativo direito de uso.

A Companhia aplica a IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas.

O passivo de arrendamento é apresentado na rubrica “Arrendamentos a Pagar” e os ativos de direito de uso são apresentados na rubrica “Direito de Uso” no Balanço Patrimonial das demonstrações financeiras.

3.13 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através da análise do valor em uso.



As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

3.14 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia, revisa o valor contábil de seus ativos, tais como, propriedade para investimentos, ativos tangíveis e ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.16 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procede à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações financeiras. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.17 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações financeiras. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

3.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.19 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços



A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

3.20 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.21 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras pela administração são:

- (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.22 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

3.23 Novas normas e interpretações

A Companhia analisou as novas normas contábeis bem como alterações nas normas vigentes, as quais são válidas para períodos anuais iniciados, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

3.24.1 Normas revisadas com adoção a partir de 1 de janeiro de 2023

- CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguro
- Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao CPC 23 (IAS 8)
- Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao CPC 26 (IAS 1) e IFRS Practice Statement 2
- Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao CPC 32 (IAS 12)
- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes - CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8)
- Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao CPC 32 (IAS 12)



A Companhia entende que tais alterações não causam um impacto material nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

3.24.2 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)
- Alterações ao CPC 26 (IAS 1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante
- Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7)
- Alterações ao CPC 36 (R3) (IFRS 10) e ao CPC 18 (R2) (IAS 28)
- Alterações ao CPC 02 (IAS 21)

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto material nas demonstrações financeiras divulgadas pela Companhia. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

3.25 Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a reforma tributária sobre o consumo, todavia, não é possível avaliar e mensurar os possíveis impactos desta reforma, pois a regulamentação dependerá de Leis Complementares, as quais definirão as alíquotas dos novos tributos.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das Leis Complementares.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/23	31/12/22
Caixa	15	6
Bancos - conta corrente	276	143
Total	291	149

5 - Contas a receber

	31/12/23	31/12/22
Mercado interno	54.688	51.868
Mercado externo	6.395	5.885
(-) Provisão para perda esperadas	(4.007)	(3.264)
Total	57.076	54.489



Vencidos	31/12/23		31/12/22	
Até 30 dias	12.458	22%	12.023	22%
De 31 a 60 dias	216	0%	2	0%
De 61 a 90 dias	219	0%	57	0%
De 91 a 120 dias	1	0%	5	0%
De 121 a 150 dias	18	0%	6	0%
De 151 a 180 dias	3	0%	1	0%
Acima de 180 dias	4.007	7%	3.264	6%
Sub-total	16.922	30%	15.358	28%
À vencer				
Até 30 dias	25.462	45%	31.835	58%
De 31 a 60 dias	18.699	33%	10.560	19%
De 61 a 90 dias	-	0%	-	0%
De 91 a 180 dias	-	0%	-	0%
De 181 a 365 dias	-	0%	-	0%
Acima de 366 dias	-	0%	-	0%
Sub-total	44.161	77%	42.395	78%
Provisão para perdas esperadas	(4.007)	-7%	(3.264)	-6%
Total	57.076	100%	54.489	100%

6 - Estoques

	31/12/23	31/12/22
Produtos prontos	2.560	3.282
Produtos em elaboração	84	154
Matérias primas	4.913	3.204
Materiais de embalagem	1.800	2.778
Materiais de manutenção	6.730	6.270
Estoque em poder de terceiros	-	789
Total	16.087	16.477

7 - Impostos a recuperar

	31/12/23	31/12/22
IRRF a recuperar	3	3
IRPJ e CSLL a recuperar	838	-
PIS e COFINS a recuperar	3.371	684
ICMS a recuperar	2.995	148
ICMS a recuperar - Imobilizado	751	314
Crédito de Exportação (Reintegra)	1.282	-
Crédito de ICMS na base do PIS e COFINS (a)	4.192	6.602
INSS a Compensar (b)	4.531	5.275
Circulante	17.963	13.026
ICMS a Recuperar - Imobilizado	266	298
Não Circulante	266	298

(a) Incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Nesta rubrica foram registrados os valores relativos a crédito de ICMS na base de cálculo das Contribuições ao PIS e a COFINS, de processos judiciais já transitados em julgado, todavia, a decisão relativa ao último processo transitado em julgado não abarcou os créditos apurados do período de janeiro de 2015 até fevereiro de 2019, e



por este motivo, a Companhia optou por efetuar a baixa destes valores no exercício de 2023, que totaliza a quantia de R\$ 1.335.

Em relação ao saldo remanescente em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 4.192, a Companhia pretende utilizar para futuras compensações com débitos correntes, ou através de pedido de ressarcimento.

Com relação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) cujo Plenário considerou que “uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário”, e em atendimento ao Ofício Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP que indica a necessidade de uma robusta divulgação do tema, a Companhia informa que realizou todos os levantamentos necessários a fim de avaliar os possíveis impactos de tal decisão e não foram identificados pelos assessores jurídicos da Companhia, impactos relevantes sobre este tema.

(b) Crédito de INSS a compensar

O montante de R\$ 4.530 (R\$ 5.275 em 31 de dezembro de 2022), registrado na rubrica “INSS a compensar” refere-se a pagamento de guias GPS, recolhidas de forma mensal e consecutiva no período de 05/2018 até 06/2022, tais pagamentos deveriam ser alocados a pedido de parcelamento convencional de débitos previdenciários, realizado e protocolado na Receita Federal do Brasil em 05/2018.

Devido a uma falha no processo de efetivação do parcelamento, o pedido não foi homologado pela Receita Federal do Brasil, o que ocasionou a inscrição dos débitos previdenciários em dívida ativa. Deste modo, a Companhia realizou novo pedido de parcelamento dos débitos através do portal regularize, porém, os pagamentos até então efetuados se tornaram “indébitos tributários”, gerando um crédito para a Companhia, o qual está sendo utilizado para abatimento de dívidas federais.

8 - Outros ativos

	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
Consórcios contemplados	203	-
Despesas antecipadas	558	-
Numerários em trânsito (a)	78.066	64.611
Trava Cambial (b)	4.594	972
Minupar Participações S/A (c)	3.786	-
(-) Provisão para perda (Impairment) (d)	(1.671)	-
Circulante	<u>85.536</u>	<u>65.583</u>
Outros	5.091	3.443
(-) Provisão para perda (Impairment) (e)	(2.409)	-
Não Circulante	<u>2.682</u>	<u>3.443</u>

a) A rubrica “numerários em trânsito” refere-se à valores recebidos através de ordens de pagamento vinculadas ao Mercado Externo, porém sem a conversão em moeda nacional (fechamento de câmbio). A prática adotada pela Companhia para conversão destes recebíveis é superior a 90 dias.

Importante destacar que no relatório das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tais valores estavam classificados no grupo de “contas a receber”, porém para uma melhor



avaliação, o valor foi reclassificado para rubrica específica de “numerários em trânsito”, no grupo de Outros Ativos facilitando a compreensão e comparação dos saldos desta operação.

b) A Companhia utiliza-se de instrumento financeiro para afastar o risco em relação ao efeito de variação cambial de parte de suas operações realizadas em moeda estrangeira, com isso, reconhece o efeito de ganho ou perda destas operações em rubrica denominada de “trava cambial”, a qual indica a diferença entre a taxa de câmbio contratual frente a taxa de câmbio de fechamento do mês.

c) A Companhia firmou acordo judicial nos autos dos processos de execução nº 500067-21.2009.8.21.0017, 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, todos em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado - RS. Tais processos foram ajuizados pela empresa Dohler S.A. baseados em parcial inadimplemento de Instrumento de Rescisão de Contrato de Cessão de Direitos de Crédito Tributário datado de 21/11/2008.

Durante o trâmite dos referidos processos, as partes chegaram a firmar um acordo prevendo, entre outros pontos, a subscrição de 111.359 (cento e onze mil, trezentos e cinquenta e nove) ações ordinárias nominativas da Minupar Participações S.A. para a Dohler S.A., porém, essa última passou a discutir a validade deste acordo, ponto que também foi objeto de decisão judicial.

Em resumo, a sentença da 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS foi de parcial procedência aos embargos à execução da Companhia, declarando a validade do acordo firmado, no entanto, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul reformou integralmente a sentença, declarando ineficaz o acordo discutido e, por consequência, determinando a devolução das ações até então de posse da Dohler S.A. para a Minuano.

Apesar da Companhia Minuano ter prosseguido com os recursos cabíveis visando alterar a decisão, paralelamente buscou compor o débito em discussão e obteve êxito no acordo. As partes acordaram com um prazo para pagamento parcelado até dezembro de 2023, e a Dohler cedeu à Companhia Minuano as 111.359 (cento e onze mil, trezentos e cinquenta e nove) ações da Minupar Participações S.A, em devolução àquelas que lhe haviam sido entregues por meio do acordo judicial anterior. O valor considerado nas ações foi o nominal da época de sua dação em pagamento, qual seja, R\$ 3.786 mil, sendo que este efeito está destacado na nota explicativa nº 29 - Outras receitas operacionais.

Importa esclarecer que a Minupar não figurou como parte das referidas demandas judiciais, pelo que não foi possível a restituição direta dos títulos à Minupar. Logo, a Companhia Minuano passou a ser, temporariamente, titular das ações transacionadas no citado acordo judicial.

No mês de maio de 2023 a Companhia encaminhou consulta formal à CVM, diante do disposto no artigo 244 da Lei 6.404/76 que veda a participação recíproca entre a companhia e suas controladas. Em 20/12/2023 foi recebido o retorno definitivo da CVM, que concluiu que as ações foram regularmente emitidas e que a transferência das ações pela Döhler à Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta da Minupar, não se caracteriza como uma operação de aquisição de ações de controladora por controlada, vedada pela legislação, com isso, não se verifica impedimento para que a Companhia Minuano de Alimentos efetue a negociação destas ações no mercado.

d) Em 31 de dezembro de 2023, foi realizada a avaliação do valor justo do ativo apresentado na rubrica “Minupar Participações S.A.”, e considerando o valor atual de cotação destes títulos, foi constituída uma provisão para perda no montante de R\$ 1.671, cujo efeito desta operação está destacado também na nota explicativa nº 28 - Outras despesas operacionais.

e) O montante reconhecido na rubrica (-) Provisão para perda (Impairment) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se a provisão de uma possível perda esperada no valor de R\$ 2.409 em relação ao processo judicial nº 017/1.14.0005983-0 referente ao Cumprimento de Sentença de Ação de Rescisão Contratual, o qual está em fase de negociação, porém com dificuldade de conciliação junto à parte reclamada.



9 - Propriedades para investimentos

A Companhia possui os seguintes saldos de propriedades para investimentos:

Grupo	31/12/23			31/12/22		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(7.910)	16.588	24.498	(6.393)	18.105
Máquinas e equipamentos	11.391	(8.149)	3.242	11.391	(6.320)	5.071
Outros	290	(244)	46	290	(205)	85
(-) Impairment	(5.146)	-	(5.146)	(5.146)	-	(5.146)
Total	38.775	(16.303)	22.472	38.775	(12.918)	25.857

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2023 são contabilizados a valor de custo.

Avaliação de recuperabilidade das Propriedades para Investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável das Propriedades para Investimento, utilizando-se de avaliação feita através de cotações junto a corretores de imóveis, e nesta análise não se identificou necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em					Saldo em
	31/12/22	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	18.105	-	-	(1.517)	-	16.588
Máquinas e equipamentos	5.071	-	-	(1.829)	-	3.242
Outros	85	-	-	(39)	-	46
(-) Impairment	(5.146)	-	-	-	-	(5.146)
Total	25.857	-	-	(3.385)	-	22.472

10 - Imobilizado

A Companhia possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	31/12/23			Taxas	31/12/22		
		Custo	Deprec.	Líquido		Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	-	15.593	-	15.593
Prédios	2,00% - 5,00%	83.475	(30.757)	52.718	2,50%	78.936	(27.452)	51.484
Maquinas e equipamentos	3,33% - 11,11%	69.415	(44.705)	24.710	5,00% - 6,67%	62.332	(41.939)	20.393
Moveis e utensílios	4,76% - 20,00%	3.761	(1.654)	2.107	8,33%	3.229	(1.419)	1.810
Computadores e periféricos	5,56% - 20,00%	2.555	(1.352)	1.203	33,33%	2.326	(1.170)	1.156
Veículos	7,14% - 10,00%	990	(760)	230	20,00%	892	(738)	154
Imobilizações em andamento	-	9.321	-	9.321	-	2.123	-	2.123
Outros	-	14	(14)	-	-	14	(14)	-
Total		185.124	(79.242)	105.882		165.445	(72.732)	92.713

A Companhia contratou uma empresa especializada em trabalho de levantamento patrimonial, cujo intuito foi regularizar as bases de informações com o acervo físico de bens existentes e em situação adequada para uso, além disso, foi realizada a revisão da vida útil remanescente dos bens.



O trabalho supracitado foi concluído e formalizado através de laudo emitido em 30 de setembro de 2023, deste modo, apresentamos na tabela acima o comparativo das taxas de depreciação utilizadas até a data de emissão do laudo.

A movimentação do imobilizado apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/21	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/12/22
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	48.092	187	(1)	(2.119)	5.325	51.484
Maquinas e equipamentos	22.353	651	(420)	(4.175)	1.984	20.393
Moveis e utensílios	1.422	765	(155)	(268)	46	1.810
Computadores e periféricos	1.343	195	(37)	(373)	28	1.156
Veículos	199	-	-	(45)	-	154
Imobilizações em andamento	785	8.722	(1)	-	(7.383)	2.123
Total	89.787	10.520	(614)	(6.980)	-	92.713

Grupo	Saldo em 31/12/22	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/12/23
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	51.484	19	-	(3.285)	4.500	52.718
Maquinas e equipamentos	20.393	3.105	(47)	(2.400)	3.659	24.710
Moveis e utensílios	1.810	379	(16)	(201)	135	2.107
Computadores e periféricos	1.156	284	(23)	(226)	12	1.203
Veículos	154	100	-	(24)	-	230
Imobilizações em andamento	2.123	15.508	(4)	-	(8.306)	9.321
Total	92.713	19.395	(90)	(6.136)	-	105.882

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 - Direito de Uso

A Companhia possui seis contratos classificados na rubrica “Direito de Uso”, sendo quatro deles referentes a máquinas e equipamentos, e dois imóveis. Destes contratos não utilizou de nenhum expediente prático. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

A movimentação do Direito de Uso bem como as informações contratuais, seguem demonstradas no quadro abaixo:

	Taxa ponderada (a.a.)	Vida útil (anos)	Saldo 31/12/22	Novos Contratos	Deprec. Locação	Saldo 31/12/23
Imóveis	16,51%	6	-	249	(71)	178
Máquinas e Equipamentos	17,32%	5	-	7.130	(990)	6.140
			-	7.379	(1.061)	6.318



12 - Intangível

A Companhia possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	Consolidado 31/12/23			Consolidado 31/12/22		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	447	(336)	111	437	(281)	156
Marcas e Patentes	-	188	-	188	148	-	148
Total		635	(336)	299	585	(281)	304

A movimentação do intangível apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em					Saldo em
	31/12/21	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	
Softwares	201	34	(2)	(77)	-	156
Marcas e Patentes	148	-	-	-	-	148
Total	349	34	(2)	(77)	-	304

Grupo	Saldo em					Saldo em
	31/12/22	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	
Softwares	156	9	-	(56)	-	109
Marcas e Patentes	148	42	-	-	-	190
Total	304	51	-	(56)	-	299

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

13 - Salários e encargos sociais a pagar

	31/12/23	31/12/22
Provisões de férias e 13º salário	10.114	9.181
Salários / Pró-labore a pagar	3.783	3.608
Rescisões a pagar	74	50
Outras obrigações a pagar	2.529	2.578
Total	16.500	15.417

14 - Arrendamentos a pagar

Composição dos arrendamentos a pagar:



	31/12/23	31/12/22
Arrendamentos a pagar - CP	2.374	-
(-) Encargos a apropriar - CP	(1.031)	-
Total - Passivo Circulante	1.343	-
Arrendamentos a pagar - LP	7.506	-
(-) Encargos a apropriar - LP	(1.819)	-
Total - Passivo Não Circulante	5.687	-

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Arrendamentos a Pagar	(-) Encargos a apropriar	Total
2024	2.374	(1.031)	1.343
2025	2.233	(819)	1.414
2026	2.109	(595)	1.514
2027	2.109	(342)	1.767
2028	1.055	(63)	992
Total	9.880	(2.850)	7.030

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
(+) Remensuração	110
(+) Novos contratos	7.379
(-) Contratos encerrados	-
(+) Encargos	731
(-) Contraprestação	(1.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.030

15 - Obrigações tributárias

	31/12/23	31/12/22
INSS a recolher	281.477	265.880
FGTS a recolher (a)	899	3.899
IRRF a recolher	869	639
IRPJ a recolher	106.680	101.635
CSLL a recolher	40.185	38.565
COFINS a recolher	49.983	49.296
PIS a recolher	10.617	10.519
Impostos Retidos	713	34
ICMS a recolher	1.130	1.100
Outros	4.718	4.804
Total	497.271	476.371

(a) A redução na rubrica de FGTS a recolher, deve-se ao Termo de Transação Tributária, firmado no mês de outubro de 2023 para regularização dos débitos de FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e de CS - Contribuição Social sobre depósitos de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Os pagamentos foram realizados



em parcela única no montante líquido de R\$ 2.594, e a transação foi validada e certificada junto à Caixa Econômica Federal no dia 06 de novembro de 2023, permitindo acesso a certidão de regularidade de FGTS.

Esse processo é de extrema importância para Companhia, pois é requisito obrigatório para negociação dos demais débitos tributários inscritos em dívida ativa junto à PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Ressaltamos que a Companhia já formalizou o pedido para negociação e regularização destes demais débitos tributários, porém o processo encontra-se em fase de análise.

Abaixo demonstramos os valores de forma segregada, utilizando como base os débitos informados pelos respectivos agentes de cobrança, PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e RFB - Receita Federal do Brasil:

	31/12/23			31/12/22		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	3.790	277.687	281.477	1.521	264.359	265.880
FGTS a recolher	876	-	876	839	3.060	3.899
IRRF a recolher	892	-	892	639	-	639
IRPJ a recolher	-	106.680	106.680	787	100.848	101.635
CSLL a recolher	-	40.185	40.185	292	38.273	38.565
COFINS a recolher	-	49.983	49.983	-	49.296	49.296
PIS a recolher	-	10.617	10.617	-	10.519	10.519
Impostos Retidos	46	667	713	34	-	34
ICMS a recolher	1	1.129	1.130	6	1.094	1.100
Outros	60	4.658	4.718	54	4.750	4.804
Total	5.665	491.606	497.271	4.172	472.199	476.371

Os valores relativos aos tributos apresentados na coluna "PGFN" estão acrescidos dos custos de juros, multas e encargos calculados pelo sistema de cobrança da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (sistema regularize). Vale destacar, que o programa de regularização tributária prevê benefícios que poderão resultar em alterações dos valores apurados e apresentados no quadro anterior, porém, até o momento não é possível dimensionar os efeitos de tais ajustes, visto que o pedido de regularização está sob análise junto à PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

16 - Parcelamentos

	31/12/23	31/12/22
PERT (a)	1.568	1.406
Lei 12.996/14 (b)	2.220	2.231
FGTS	683	742
ICMS	11	111
Ordinário	745	1.632
Circulante	5.227	6.122
PERT (a)	7.235	7.897
Lei 12.996/14 (b)	10.914	13.198
FGTS	3.587	4.683
ICMS	3	13
Ordinário	1.204	2.571
Não Circulante	22.943	28.362



(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Débitos Previdenciários	8.934
Demais Débitos	47.614
Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2022	(17.096)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2022	2.914
Saldo remanescente em 31/12/2022	9.303
(+) Atualização Selic de Jan-23 até Dez-23	895
(-) Pagamentos efetuados de Jan-23 até Dez-23	(1.395)
Saldo remanescente em 31/12/2023	8.803
Circulante	1.568
Não circulante	7.235

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes do previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta o racional e memória de cálculo das referidas reduções:



Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R\$
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total		46.741	(9.349)	37.392		25.218	

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

(b) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro a seguir o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/12/23	(14.766)
Saldo remanescente em 31/12/2023	13.134
Circulante	2.220
Não circulante	10.914

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de



substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

17 - Impostos diferidos

	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
IRPJ diferido	663	1.079
CSLL diferido	239	389
Circulante	902	1.468
IRPJ diferido	11.817	12.382
CSLL diferido	4.254	4.457
Não circulante	16.071	16.839

No quadro a seguir são demonstrados os itens que compõem o cálculo dos Impostos Diferidos em 31 de dezembro de 2023:

Item	Valor	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Custo atribuído de Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Custo atribuído de Obras Civas	33.592	8.398	3.023	11.421
Custo atribuído de Máquinas e Equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Custo atribuído de Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231
Custo atribuído de Veículos	191	48	17	65
Custo atribuído de Computadores e Periféricos	582	146	52	198
Diferença temporal de Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Diferença temporal de Créditos Fiscais não Compensados	5.343	1.336	481	1.817
Total	82.515	20.631	7.427	28.058
Diferimento até 31/12/2023		(8.151)	(2.934)	(11.085)
Saldo em 31/12/2023		12.480	4.493	16.973
Circulante		663	239	902
Não Circulante		11.817	4.254	16.071

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa.

17.1 - Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no demonstrativo de resultado.



	31/12/23	31/12/22
Resultado antes do IR e CS	19.949	27.157
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nomin	6.783	9.233
Contingências	(6.119)	3.358
Diferença de depreciação	(1.322)	(1.045)
Variação cambial	189	602
Ajustes de faturamento - CPC 47	(648)	157
Diferenças temporárias	-	(1.436)
Compensação com PF e BN	-	(3.729)
Provisão de devedores duvidosos	219	34
Outros	220	(738)
Despesa efetiva de IR e CSLL	(679)	6.436
IRPJ e CSLL - Diferido	3.085	1.630
IRPJ e CSLL - Corrente	-	(8.067)
Alíquota de imposto efetiva	0%	24%

18 - Outros Passivos

	31/12/23	31/12/22
Processos judiciais a pagar	3.212	11.467
Provisões de despesas	1.719	963
Seguros a pagar	43	67
Outras obrigações	-	5
Total	4.974	12.502

19 - Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

Os acionistas fixaram em até R\$ 3.250 mil a remuneração global anual dos administradores conforme assembleia geral ordinária realizada em 28 de abril de 2023. Durante o exercício de 2023 a diretoria executiva recebeu o montante de R\$ 2.196 referente a remuneração.

b) Operações com partes relacionadas

Ativo não circulante	31/12/23	31/12/22
Valepar S/A	25	5.243
Sulaves S/A	85	81
Minupar Participações S/A	10.426	13.393
Associação Atlética Minuano	-	126
Total	10.536	18.843
Passivo não circulante	31/12/23	31/12/22
Serra do Roncador Part. Ltda	-	5.367
Minupar Participações S/A	5.260	5.260
Total	5.260	10.627



Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros atribuídos nas operações entre partes relacionadas foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

20 - Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

Natureza	31/12/23			31/12/22		
	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	6.590	(4.610)	1.980	9.868	(4.668)	5.200
Cível	1.117	(604)	513	4.838	(1.907)	2.931
Tributária	183	-	183	181	-	181
Total	7.890	(5.214)	2.676	14.887	(6.575)	8.312

A movimentação das provisões para contingências apresenta-se da seguinte forma:

	Saldo Inicial		Provisões	Reversões	Saldo Final	
	31/12/2022				31/12/2023	
Contingências Trabalhistas	9.868	3.643	(6.920)	6.591		
Contingências Tributárias	181	12	(10)	183		
Contingências Cíveis	4.838	12.740	(16.462)	1.116		
Total	14.887	16.395	(23.392)	7.890		

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de dezembro de 2023, processos judiciais com probabilidade de risco de perda "possível" na quantia de R\$ 28.070 (R\$ 100.251 em 31 de dezembro de 2022), destes, R\$ 12.632 (R\$ 90.305 em 31 de dezembro de 2022) são relativos à natureza cível e R\$ 15.438 (R\$ 9.946 em 31 de dezembro de 2022) são relativos à natureza trabalhista.

A principal alteração de valor no contingenciamento dos processos cíveis da Companhia, classificados com probabilidade de risco de perda "possível", diz respeito a reclassificação do prognóstico do processo cível nº 5001243-27.2013.8.21.0017 para risco de perda "remoto", em que se discute o pagamento de honorários contratuais advocatícios de êxito referente a apuração de crédito prêmio de IPI sobre exportações.

O referido processo vinha sendo considerado o principal processo cível em virtude de o valor atualizado da causa ter alcançado o montante de R\$ 83.524 em 31 de dezembro de 2023, sendo, inclusive, motivo de divulgação de fato relevante no dia 05 de março de 2020, devido a decisão desfavorável em primeira instância. Todavia, em fevereiro de 2023, após interposição de recurso de apelação, foi proferido julgamento pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para reformar a sentença e absolver a Companhia do pagamento daqueles honorários, sob o fundamento de que restou provado nos autos que os créditos apurados nunca foram homologados ou legitimados pela Receita Federal do Brasil, de modo que não houve qualquer proveito econômico pela Companhia, conseqüentemente inexistindo êxito em relação ao serviço prestado pela empresa de consultoria.



Diante do resultado favorável, foi realizada uma nova análise individualizada pelos assessores jurídicos da Companhia, classificando o referido processo com prognóstico de risco de perda “remoto”, visto que restam apenas medidas excepcionais de recursos processuais para instâncias extraordinárias. Com isso, a Companhia entende que é pouco provável uma futura saída de recursos financeiros, motivo pelo qual este processo deixará de ser mencionado nas demonstrações financeiras futuras.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 15 e 16.

21 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 139.227 mil representado por 241.233.373 (duzentos e quarenta e um milhões, duzentos e trinta e três mil, trezentos e setenta e três) ações ordinárias.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente da avaliação, com base no custo atribuído, de suas propriedades para investimento e de seu imobilizado.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Subvenções governamentais

A Companhia possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2023 do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 6.240, conforme demonstrado em rubrica destacada no patrimônio líquido, denominada “reserva de incentivos fiscais”.

Em 30 de setembro de 2021, o governo do estado do Rio Grande do Sul, emitiu os decretos, 56.116 e 56.117, os quais modificam a metodologia de cálculo do referido incentivo fiscal, e também altera o prazo de encerramento do referido benefício, inicialmente o prazo previsto para tomada do benefício seria até 31 de dezembro de 2021, todavia, pelos novos decretos, não há menção de prazo final, apenas indicação de um cronograma vinculado a apuração do benefício, limitando a quantificação do crédito através de coeficientes, conforme indicado no quadro abaixo:

Exercício	Coeficiente FAF
2022	0,95
2023	0,90
A partir de 2024	0,85

Em 16 de dezembro de 2023 o governo do estado do Rio Grande do Sul emitiu o decreto 57.365, com a alteração Nº 6216, o qual suspende a limitação do crédito presumido de ICMS com base na tabela acima, e modifica a fórmula de cálculo do Fator de Ajuste de Fruição - FAF. Os efeitos do referido decreto entrarão em vigor a partir de 1º de abril de 2024, e os possíveis impactos estão sendo analisados pela Companhia.



e) Dividendos

De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, e quando aplicável, observando o estatuto da Companhia, os acionistas terão direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

22 - Cobertura de seguros

A Companhia tem por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos.

A Companhia considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros nas Granjas e Incubatório. Em que tange as unidades fabris, as apólices tiveram seu vencimento em julho de 2023, as quais encontram-se em negociação e atendimento a algumas adequações solicitadas pelas seguradoras para emissão das apólices, encontrando-se até a presente data sem a cobertura de seguro. Conforme mencionado na nota 34 - Perdas da enchente, as apólices vigentes e as que estão em negociação pela Companhia não cobrirão sinistros relacionados a enchentes e/ou ciclones.

23 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. Para minimizarem estes riscos, a Companhia acompanha permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 27% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, não opera com a proteção (hedge) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

A Companhia possui 27 contratos de trava cambial ativos em 31 de dezembro de 2023, totalizando o montante de US\$ 12.750. Tais contratos possuem taxas que variam de R\$ 4,92 a R\$ 5,45, e prazos de liquidação que podem variar entre 3 e 12 meses, podendo ser renovados pelo período máximo de até 20 anos.

Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:



Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$	Efeito Trava	Valor Justo
Recebíveis com trava	12.750	5,2010	66.313	(4.594)	61.719
Recebíveis sem trava	4.698	4,8407	22.742	-	22.742
Total	17.448		89.055	(4.594)	84.461

Análise de sensibilidade

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo de contas a receber em aberto, os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de dezembro de 2023, a qual indica o montante de R\$ 89.055.

Conforme projeção estimada pelo boletim FOCUS, a variação da taxa do dólar é de 4,92. No quadro a seguir demonstramos o impacto desta variação:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$
Recebíveis com trava	12.750	5,2010	66.313
Recebíveis sem trava	4.698	4,9200	23.114
Total	17.448		89.427

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia não atua no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/23	Selic estimada 9,00%
INSS a recolher	281.477	306.810
FGTS a recolher	899	980
IRRF a recolher	869	947
IRPJ a recolher	106.680	116.281
CSLL a recolher	40.185	43.802
COFINS a recolher	49.983	54.481
PIS a recolher	10.617	11.573
Impostos Retidos	713	777
ICMS a recolher	1.130	1.232
Outros	4.718	5.143
Total	497.271	542.026

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2024, que foi de 9,00%.

24 - Receitas

As receitas da Companhia são oriundas de vendas efetuadas para o mercado interno e externo, distribuídas da seguinte forma:



	31/12/23	31/12/22
Receita bruta de produtos e serviços	385.351	391.404
Mercado Interno	284.402	280.551
Mercado Externo	100.949	110.853
(-) Deduções da Receita Bruta	(17.285)	(25.664)
(-) Mercado Interno	(17.268)	(25.346)
(-) Mercado Externo	(17)	(318)
Receita líquida de produtos e serviços	368.066	365.740
Mercado Interno	267.134	255.205
Mercado Externo	100.932	110.535

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.

25 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	31/12/23	31/12/22
Salários	(78.062)	(69.854)
Matérias primas	(50.117)	(54.321)
Encargos sociais	(19.589)	(17.012)
Energia elétrica	(18.466)	(17.864)
Manutenção Industrial	(17.882)	(14.170)
Benefícios a empregados	(15.297)	(14.207)
Depreciações	(5.886)	(6.596)
Depreciação Direito de Uso	(1.061)	-
Férias e 13º salário	(16.197)	(15.017)
Serviço de terceiros	(12.702)	(12.340)
Materiais de embalagem	(22.905)	(24.961)
Combustíveis e lubrificantes	(4.676)	(4.980)
Locações/Aluguéis	(1.644)	(2.410)
Indenizações trabalhistas	(120)	(85)
Equipamento de proteção	(2.712)	(2.561)
Taxas e encargos legais	(235)	(247)
Análises laboratoriais	(1.959)	(1.454)
Fretes rodoviários	(1.339)	(1.383)
Outros gastos	(2.061)	(2.038)
Total	(272.910)	(261.500)

26 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.



	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
Salários	(6.775)	(5.571)
Serviço de terceiros	(2.044)	(2.022)
Benefícios a empregados	(3.511)	(2.164)
Encargos sociais	(1.502)	(990)
Depreciações	(302)	(413)
Férias e 13º salário	(1.499)	(1.005)
Indenizações trabalhistas	(109)	(3)
Manutenção Predial	(193)	(197)
Telefonia	(57)	(61)
Taxas e encargos legais	(92)	(74)
Viagens e estadias	(89)	(66)
Energia elétrica	(109)	(107)
Outras despesas	(1.094)	(946)
Total	<u>(17.376)</u>	<u>(13.619)</u>

27 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
Frete Marítimo	(10.737)	(20.362)
Frete Rodoviário	(2.922)	(3.193)
Custos aduaneiros	(2.993)	(3.208)
Armazenagem	(146)	(182)
Salários	(719)	(759)
Férias e 13º salário	(159)	(167)
Serviço de terceiros	(139)	(121)
Publicidade e propaganda	(198)	(342)
Comissões sobre vendas	(1.031)	(1.064)
Provisões para perdas	(760)	(99)
Encargos sociais	(153)	(169)
Telefonia	(88)	(96)
Análises laboratoriais	(3)	(12)
Depreciações	(4)	(7)
Outros gastos	(195)	(180)
Total	<u>(20.247)</u>	<u>(29.961)</u>

28 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.



	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
Despesas de litígios fiscais (a)	(1.787)	(923)
Provisões/Reversões de Contingências	(3.018)	(16.111)
Provisão para perda (b)	(4.277)	-
Custo na alienação de ativos	-	(571)
Reversão de créditos tributários	(1.230)	(225)
Despesas fábricas inativas (c)	(3.523)	(118)
Despesas Gerais	(287)	(69)
Perdas da enchente (d)	(9.498)	-
Total	<u>(23.620)</u>	<u>(18.017)</u>

a) A Companhia, realiza o registro de débitos tributários que constavam em discussão judicial junto a Receita Federal do Brasil, aderindo ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), ou “Litígio Zero”. Tal programa prevê a renegociação de dívidas por meio de transação tributária, e até o encerramento das informações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o pedido de adesão realizado pela Companhia constava em análise junto a Receita Federal do Brasil.

b) Na rubrica “provisão para perda”, foram registrados os montantes de R\$ 1.671, referente a avaliação a valor justo dos títulos recebidos através de acordo judicial. Outro montante reconhecido nesta rubrica refere-se a provisão de uma possível perda esperada no valor de R\$ 2.409 em relação ao processo judicial nº 017/1.14.0005983-0 referente ao Cumprimento de Sentença de Ação de Rescisão Contratual, o qual está em fase de negociação, porém com dificuldade de conciliação junto à parte reclamada.

c) Compõem o montante de R\$ 3.523 registrados na rubrica “Despesas de fábricas inativas”, R\$ 3.385 referente a depreciação de três unidades da Companhia, classificadas como propriedade para investimento.

d) O montante de R\$ 9.498 refere-se as perdas e custos necessários para retomada das atividades na Fábrica de Embutidos de Arroio do Meio, a qual foi seriamente atingida pelas cheias do Rio Taquari nos meses de setembro e novembro de 2023. Os valores estão sendo detalhados na nota explicativa nº 34 - Perdas da enchente.

29 - Outras receitas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras receitas operacionais.

	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
Créditos Fiscais (a)	5.131	245
Acordos Judiciais (b)	3.786	-
Venda de sucata e lenha	159	156
Venda de ativos	1.350	-
Receita de aluguel	842	769
Subvenções Governamentais	-	2.443
Recuperação de despesas	1.219	5.075
Total	<u>12.487</u>	<u>8.688</u>

a) Compõe o montante desta rubrica, o valor de R\$ 3.045 referente ao trabalho de recuperação de créditos de Pis e Cofins do período de 2018 à 2023, bem como, R\$ 1.605 referente recuperação de crédito de ICMS na compra de matéria prima dos estados do Paraná e Santa Catarina.

b) O valor de R\$ 3.786 apresentado na rubrica de “Acordo judiciais” refere-se ao acordo judicial firmado nos autos dos processos nº 500067-21.2009.8.21.0017, 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-



44.2012.8.21.0017, explanado de forma detalhada neste formulário na nota explicativa nº 8 - Outros ativos.

30 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
Juros de atualização de dívidas tributárias (a)	(21.746)	(19.031)
Juros de operações com partes relacionadas (b)	(130)	(2.509)
Pis/Cofins s/receita financeira	(28)	(11)
Descontos financeiros concedidos	(420)	(565)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(102)	(150)
Variações cambiais passivas	(15.081)	(17.204)
Encargos legais	(3.230)	(973)
Juros de arrendamentos	(731)	-
Despesas/Tarifas Bancárias	(287)	(246)
Total	<u>(41.755)</u>	<u>(40.689)</u>

(a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto.

(b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas.

31 - Receitas financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
Variações cambiais ativas	14.200	15.887
Descontos financeiros obtidos	50	58
Outras receitas financeiras	709	341
Juros de créditos Fiscais (a)	345	229
Total	<u>15.304</u>	<u>16.515</u>

(a) Refere-se ao reconhecimento dos juros de atualização de créditos fiscais vinculados ao processo do crédito de ICMS sobre PIS e COFINS.

32 - Informações por segmento

A Companhia atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;

b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro a seguir, são apresentados os resultados por segmento de atuação da Companhia:



	Serviços de Frigorífico, Abate e				Corporativo		Total	
	Industrializados		Processamento de Aves		(Centro Administrativo)			
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Receita bruta	182.797	205.329	202.554	186.075	-	-	385.351	391.404
Impostos e devoluções	(14.823)	(23.405)	(2.462)	(2.259)	-	-	(17.285)	(25.664)
Receita líquida	167.974	181.924	200.092	183.816	-	-	368.066	365.740
Custos	(111.144)	(114.471)	(161.766)	(147.029)	-	-	(272.910)	(261.500)
Lucro bruto	56.830	67.453	38.326	36.787	-	-	95.156	104.240
Despesas administrativas	-	-	-	-	(17.376)	(13.619)	(17.376)	(13.619)
Despesas com vendas	(20.247)	(29.961)	-	-	-	-	(20.247)	(29.961)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(23.620)	(18.017)	(23.620)	(18.017)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	12.487	8.688	12.487	8.688
Resultado antes dos efeitos financeiros	36.583	37.492	38.326	36.787	(28.509)	(22.948)	46.400	51.331
Despesas financeiras	-	-	-	-	(41.755)	(40.689)	(41.755)	(40.689)
Receitas financeiras	-	-	-	-	15.304	16.515	15.304	16.515
Resultado antes dos tributos	36.583	37.492	38.326	36.787	(54.960)	(47.122)	19.949	27.157
CSLL e IRPJ diferido	-	-	-	-	3.085	1.630	3.085	1.630
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	-	(8.067)	-	(8.067)
Resultado líquido do exercício	36.583	37.492	38.326	36.787	(51.875)	(53.559)	23.034	20.720

33 - Resultado por ação

Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação, em milhares de reais, acumulado no período.

	31/12/23	31/12/22
Quantidade de ações	241.233	241.233
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	23.034	20.720
Resultado diluído por ação	0,09548	0,08589

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

34 - Perdas da enchente

Conforme fato relevante divulgado no dia 07 de setembro de 2023, duas unidades produtivas da Companhia, localizadas nas cidades de Arroio do Meio (Fábrica de Embutidos) e Lajeado (Frigorífico), no Rio Grande do Sul, foram atingidas pela enchente ocorrida entre os dias 04 e 06 de setembro de 2023, em decorrência de ciclone extratropical que atingiu a região do Vale do Taquari, conforme notícia amplamente divulgada em mídia nacional e internacional.

O Impacto deste incidente no frigorífico de aves localizado na cidade de Lajeado, foi considerado parcial, de modo que a operação foi interrompida entre os dias 04 e 06 de setembro de 2023. Por outro lado, o impacto na fábrica de embutidos localizada na cidade de Arroio do Meio foi considerado calamitoso, e interrompeu a atividade desta unidade no período de 04 a 18 de setembro de 2023.



No mês de novembro de 2023, novas cheias atingiram a unidade produtiva Fábrica de Embutidos, localizada no município de Arroio do Meio, conforme comunicado ao mercado divulgado no dia 21 de novembro de 2023. Embora com impactos menores que a cheia anterior, as atividades da unidade foram interrompidas no período de 20 a 23 de novembro de 2023.

Com intuito de mensurar os prejuízos causados por estas duas catástrofes, foi realizado um inventário de itens de estoques, bem como levantamento dos gastos emergenciais associados a limpeza, transporte e manutenção de máquinas e equipamentos. O montante apurado segue detalhado no quadro a seguir:

Natureza	Valor
Manutenção	3.444
Embalagem	2.369
Ociosidade folha de pagamento	1.435
Produto pronto	832
Matéria prima	564
Serviço de limpeza	365
Serviço de transporte	199
Doação	196
Outros	94
	9.498

Os valores demonstrados acima estão registrados na rubrica de “Outras Despesas Operacionais”, conforme indicado neste relatório através da nota explicativa nº 28.

A Companhia informa ainda, que nos períodos em que ocorreram os eventos climáticos relatados, estava em fase de negociação com as seguradoras, as quais solicitaram algumas adequações para emissão de uma nova apólice. Entretanto, com os danos causados pelas enchentes, a companhia concentrou seus esforços para o retorno pleno das suas operações, e até o encerramento das demonstrações financeiras, não concluiu as adequações sugeridas para renovação do seguro, conforme indicado em nota explicativa nº 22 - Cobertura de seguros.

Sobretudo, visto que as unidades ficam às margens do rio, ressaltamos que as apólices em questão não contemplam sinistros como enchente ou ciclone, conseqüentemente a Companhia não será ressarcida por estes prejuízos.